



Enfrentamento desigual à pobreza no mundo



Por Maria Josefina Arce

O grande desafio da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é a erradicação da pobreza em todas as suas formas e tamanhos. Segundo as Nações Unidas, esta meta avança de maneira desigual no mundo, portanto, é necessário promover políticas sociais e de proteção que cheguem a todos, em primeiro lugar aos setores mais vulneráveis.

A secretária geral adjunta das Nações Unidas, Amina Mohammed, assinalou que milhões retornam à pobreza a cada ano por causa das crises econômicas, ambientais, de saúde e outras.

Ao fazer uso da palavra na 56a sessão da Comissão de Desenvolvimento Social da ONU, explicou que eram particularmente preocupantes os elevados índices de pobreza entre as mulheres e as crianças, os grupos indígenas, os idosos e as pessoas com necessidades especiais.

Na América Latina – que avançou na luta contra esse flagelo com governos progressistas – a volta de algumas nações às políticas neoliberais representou um recuo neste aspecto.

O Panorama Social da CEPAL – Comissão Econômica da ONU para América Latina e o Caribe – divulgou, em dezembro passado, um relatório que confirma que os níveis de pobreza e indigência aumentaram na região após terem exibido notável diminuição ao longo de uma década, na maioria dos países.



O documento realça que de 168 milhões em 2014, pulou para 178 milhões em 2015 e já eram 186 milhões em 2016 as pessoas que se encontravam nessa situação. A CEPAL adverte que a pobreza continua atingindo com muita força as crianças e as mulheres.

O Brasil é uma das nações em retrocesso. Após notáveis avanços registrados na luta contra a pobreza durante os governos do Partido dos Trabalhadores, hoje em dia a nação volta a exibir um elevado índice de pessoas que não podem satisfazer suas necessidades básicas.

Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, perto de 50 milhões de brasileiros conseguiram sair da pobreza. Além do mais, se ampliou a classe média, graças ao aumento dos postos de trabalho e a aplicação de programas sociais que garantiram a inclusão.

No atual governo de Michel Temer, de 2,5 a 3,6 milhões de pessoas caíram debaixo do limite de pobreza, só em 2016. Segundo os economistas, o elevado número de desemprego e os cortes nos programas sociais chave pioram o problema.

Argentina é outra das nações latino-americanas que ostenta alarmantes índices de pobreza. A chegada de Maurício Macri ao poder levou a que surgissem em dois anos mais de 1,5 milhão de novos pobres e 600.000 indigentes, enquanto que o desemprego está beirando os 9 por cento da população economicamente ativa.

Um estudo da Universidade Católica Argentina revelou que em 2017, 10 por cento das crianças de até 14 anos eram indigentes. E nos jovens na faixa de 15 a 29 anos, 6,6 por cento.

O documento assinala: o segmento populacional mais rico fica com 31,8 por cento dos recursos, enquanto isso os mais pobres só obtêm 1,7 por cento.

Para a ONU, acelerar o crescimento econômico inclusivo e equitativo, e o desenvolvimento sustentável - com emprego produtivo e trabalho decente para todos inclusive - contribuirá para diminuir as desigualdades e dar passos para frente na consecução do objetivo da Agenda 2030 de eliminar a pobreza.